S L Planejamento e Politica: Brasil 1960.

Maria Cristina da Silva Leme Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação Arquitetura e Urbanismo

Rodrigo de Faria Universidade de Brasília. Programa de Pós Graduação Arquitetura e Urbanismo

RESUMO GERAL

A rede de pesquisa Urbanismo no Brasil desenvolve, desde o inicio dos anos 90, uma reflexão sobre o campo do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil. A relação entre o campo do urbanismo, a política e o impacto na transformação das cidades brasileiras mobiliza há alguns anos as pesquisas da rede. Constituíram-se como objetos privilegiados de reflexão os dois períodos recentes de Estado autoritário no Brasil- o período do Estado Novo e o governo militar a partir de 1964. O livro "Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras", coordenado por Vera F. Rezende aborda o primeiro período. Este período, com determinações politicas e econômicas, não é homogêneo e apresenta diferenças importantes no período do governo Vargas (entre 1930 e 1937 e entre 1937 e 1945) e no período democrático de 1945 a 1964 seguido de novo período autoritário após o golpe civil militar em 1964. Ao refletir sobre o planejamento urbano no decorrer deste largo período entre os anos 30 e o inicio dos anos 70 constata-se a ocorrência de alguns processos: a articulação de forma gradativa e complementar entre o campo de conhecimento e da pratica profissional; a expansão do território abrangido pelos estudos, análises e propostas; a articulação entre os planos, as propostas e a ação do Estado. O recorte temporal adotado são os anos da década de sessenta, mas sempre considerando recuos e avanços temporais segundo os objetos analisados nas pesquisas.

TEMA 1 Habitação, Planejamento e Reforma urbana

Ana Fernandes- Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Lugar Comum, Sarah Feldman - Universidade de São Paulo Programa de Pós-Graduação IAUUSP, José Francisco Bernardino Freitas- Universidade Federal Espírito Santo.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

Habitação, planejamento e reforma urbana são problematizados frente à ruptura do quadro jurídico-institucional em 1964. A partir das ações, instituições e sujeitos sociais envolvidos, são abordadas:

A ideia de reforma urbana enquanto um campo que articula diversas tradições de pensamento em torno dos conceitos de reforma e revolução, temporalidades distintas de ação e de experiência, sujeitos sociais e políticos de diferentes horizontes (arquitetos, políticos, sindicalistas, engenheiros, assistentes sociais, entre outros. A realização do s.HRU em 1963 explicita a ampla e complexa teia de construção do campo progressista da reforma urbana no Brasil nos anos 60, interrompida de forma dramática em 1964.
A profunda reconfiguração do campo de atuação profissional do urbanista que se efetiva ao longo dos 11 anos de atividade SERFHAU -Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, como subproduto do divórcio entre habitação e urbanismo durante a ditadura civil militar. Tendo como pressuposto que as instituições são parte do jogo social e das ações que nele são possíveis, diferentes interesses, concepções e trajetórias de urbanistas se revelam nesse processo.

A longevidade da experiência do Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano (Cemuam) do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) apesar da incompatibilidade entre a metodologia orientada à satisfação das necessidades e aspirações humanas visando à melhoria de níveis de vida em uma política do "bem-comum" e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento do regime militar.

TEMA 2 Urbanização, Desenvolvimento e Planejamento

Eneida Maria Souza Mendonça – Universidade Federal do Espírito Santo e José Geraldo Simões Júnior – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Esta apresentação aborda Urbanização, Desenvolvimento e Planejamento nos anos 1960, a partir dos processos de urbanização em Brasília ao longo de seus primeiros anos e de reestruturação portuária em Vitória. Em Brasília, destaca-se a desigualdade sócio-espacial gerada pelas ações da empresa urbanizadora Novacap, e em Vitória, o papel do porto na característica da expansão metropolitana e o esforço do estado na construção de aparato institucional relacionado ao planejamento metropolitano. O acentuado isolamento sócio-espacial do Distrito Federal, atualmente, tem origem na política empreendida pela Novacap, na remoção e relocação de invasores, que ocupavam áreas próximas aos acampamentos das empreiteiras, para novos assentamentos distantes do Plano Piloto. No Espírito Santo, a crise ocasionada pela erradicação dos cafezais e a instalação portuária e siderúrgica, contribuíram para aceleração do processo de metropolização, envolvendo aumento da população de classe média e de baixo poder aquisitivo, em função dos empregos criados e do excedente de mão de obra não qualificada, também atraído. Enquanto em Brasília o planejamento provém da empresa

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

encarregada da administração das obras de criação da cidade, em Vitória, o aparato de planejamento tem suporte na Vale e na Federação das Indústrias, interessadas em viabilizar a transição econômica do Estado, de rural para industrial.

Tema 3 Planejamento, política e o governo das cidades.

Marlice Nazareth Soares de Azevedo -Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vera F. Rezende - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Virgínia Pontual – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.

A proposta é debater a relação entre planejamento, política e o governo das cidades. Para tanto serão explorados três pontos interligados: i) sofreu essa relação uma ruptura com o Golpe Civil-Militar de 1964? Para tanto, foram escolhidos como foco o prefeito Miguel Arraes, entre os anos de 1960 e 1962, e outro na prefeitura de Geraldo Magalhães, entre os anos de 1969 e 1971 na cidade do Recife, ii) A Comissão do Plano Diretor e Urbanismo (CPDU) na cidade de Niterói foi um marco no processo de implantação de planejamento urbano na cidade? Nesse sentido a análise da instalação dessa Comissão, com profissionais oriundos do corpo municipal e das representações dos órgãos de classe, sob a presidência de um membro nomeado pelo prefeito possibilitou mostrar a constituição de uma arena de debates e decisões sobre as questões urbanas, iii) As práticas de planejamento e gestão no primeiro governo do Estado da Guanabara (1960-1965), Rio de Janeiro, mostram as mudanças no cenário político do país? São examinadas as motivações e reações ao contrato com Constantinos A. Doxiadis para preparação de um plano de desenvolvimento para a Guanabara em 1964, focando a gestão como um modelo a ser seguido nacionalmente; as características de Lacerda como político, opositor de partidos e presidentes em períodos anteriores e a ajuda externa via o Programa Aliança para o Progresso.

TEMA 4 PRÁTICAS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – 1950-1970 – MG E RS

Celia Ferraz de Souza e Maria Soares de Almeida – UFRGS / Programa de Pós- graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Fabio Jose Lima – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJR)

O texto aborda o pensamento e as práticas do urbanismo e do planejamento urbano e metropolitano em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, entre os anos 1950 e 1970, e as repercussões do golpe militar, em 1964. Enfatizamos a atuação dos profissionais no que foi proposto para as cidades, e a sua irradiação para o interior, a partir do que se fazia nas capitais - em Belo Horizonte e Porto Alegre. A contratação dos profissionais foi crescente, tanto na esfera municipal quanto estadual, com a progressiva institucionalização das ações de planejamento. Os profissionais atuantes, no período, em sua maioria, tiveram a formação na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e Porto Alegre.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

Em destaque aborda-se a participação de equipes técnicas teuto-brasileira para elaboração do Plano de Desenvolvimento Metropolitano e a formação do Grupo Executivo da Região Metropolitana de Porto Alegre. A ideia de Planejamento Urbano Integrado, fundamentado na criação de um processo contínuo, em curto, médio e longo prazo, visto através de uma perspectiva interdisciplinar, buscava o crescimento seguro, com foco no desenvolvimento do estado, das cidades e das metrópoles. A década estudada termina com uma avaliação crítica desse processo, com recomendações para o seu desenvolvimento pelo planejamento urbano e regional, abrindo portas para os demais setores envolvidos.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**